

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CICP/SESGO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2022- SES/GO
PROCESSO Nº 202100010000964**

INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE – ISGS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 21.478.588/0001-63, constituído na forma de associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social no âmbito da Saúde do Estado de Goiás, pelo Decreto nº 8.502/2015, localizado na Av. Olinda, Qd. H-4, Lt. 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II, Park Lozandes, Goiânia/GO, CEP 74.884-120, neste ato representado por seu Presidente, **HENYFLAVIO SILVA DE ARAÚJO**, casado, engenheiro civil, CPF sob o nº 859.924.881-20, residente e domiciliado na Av. Marialva, nº 286, Qd. 18, Apto 1.903, Bloco 1, Residencial Spazio Di Lorenzo, Vila Rosa, Goiânia/Go, vem no prazo legal, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pelo **INSTITUTO PATRIS**, nos autos do processo de Chamamento Público 06/2022, devidamente qualificado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. RESUMO FÁTICO

Em suas razões recursais aduz o recorrente que o ISGS não apresenta as condições necessárias para habilitação no processo licitatório do presente certame, vez que não instruiu o processo em consonância com a legislação de regência.

Neste contexto, alega, *a priori*, que o processo foi instruído com CRM provisório, vencido em 11.09.2022, após a sessão de julgamento da habilitação, cancelado em 12.12.2022, pelo CREMEGO, sem renovação até a data de interposição do presente recurso, 15.12.2022.

Assim, entende que o ISGS deve ser inabilitado por descumprimento ao item 5.3. “k” do Edital .

Alega que o Conselho de Administração do ISGS não foi composto na forma estabelecida pela Lei nº 15.503/05, vez que a cadeira dos representantes dos empregados se encontra em vacância, tratando-se de vício insanável, *ex vi* das disposições do item 5.3 “n”, do Edital.

Por último, argumenta que o ato de aprovação da proposta de contrato de gestão do ISGS foi formalizado à míngua da presença de sua autoridade máxima, contrariando as disposições dos arts. 3º e 4º da Lei nº 15.503/05, hipótese que caracteriza a sua inabilitação.

Entretanto, insubsistentes as alegações, de consequência, a pretensão recursal, consoante se demonstrará a seguir.

2. DA REGULARIDADE DO ISGS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS – CREMEGO

De início, registra-se que o órgão ou entidade pública responsável pela governança nas licitações e contratos e aos licitantes em geral, em face ao princípio da adstrição, têm o dever de atuar em suas respectivas esferas em estrita conformidade com a lei, finalidade e interesse público, respeitando-se os princípios basilares da impessoalidade, da probidade administrativa, da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica, do julgamento objetivo, da eficiência, sustentabilidade e economicidade (Lei 8.666/93, art. 3º; Lei 14.133/2021, art. 5º; Lei 12.846/2013, art. 5º e Lei 13.800/01, art. 2º).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, impõe à administração e aos licitantes a observância das normas estabelecidas no Edital, posto que este substancializa os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de regência da licitação.

Consoante a Constituição Federal (art. 175), a prestação de serviços públicos deve ser precedida do processo de licitação que, como todo e qualquer ato ou fato, deve observar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (CF, art. 5º, inciso

XXXVI), respeitando-se as situações consolidadas.

Neste contexto, impõe-se sejam analisadas e julgadas todas as questões postas no presente recurso.

Pois bem.

O ISGS, no processo seletivo ao Chamamento Público nº. 06/2022, em conformidade com a Cláusula IV, item 4.1 e 5.3 k, instruiu o Envelope de Habilitação com a certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica e Certidão de Direção Técnica, emitidas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (fls. 117/118), que certificam que o ISGS, ainda que a título provisório, se encontrava inscrito junto ao CREMEGO desde 04.09.2017, sob o registro nº 4.802, provando-se que a documentação se encontrava apta a habilitação, posto que o Edital do Chamamento Público 06/2022, exigiu para participação ao processo seletivo a inscrição da organização social junto ao CREMEGO, de forma provisória ou definitiva.

A certidão emitida pelo CREMEGO registra validade do ato até 11.09.2022. Portanto, quando da sessão de abertura da documentação contida no Envelope 01 de Habilitação, ocorrida em 21.06.2022, a certidão emitida pela autarquia estadual revestia-se de validade, **cumprindo a exigência editalícia de registro provisório ou definitivo, para o ingresso ao processo seletivo.** Veja-se:



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE
GOIÁS**
Certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica

Certificamos que a empresa **INSTITUTO SALUT GESTAO EM SAUDE - ISGS**, CNPJ 21.478.588/0001-63, foi inscrita em 04/09/2017, neste Conselho, na modalidade de Registro, sob o nº. **4802**, atendendo à solicitação de seu responsável técnico ANDRE LUIZ BRAGA DAS DORES, inscrito sob o nº. 6756 em cumprimento à Lei nº. 6.839 de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011.

Esta certidão **NÃO VALE** como prova de regularidade e somente será atestada através do Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, a ser solicitada anualmente a este Conselho, após o devido cumprimento de todas as exigências pertinentes.



Esta Certidão tem validade até o dia 11/09/2022.

Chave de validação **f4dd043bd2dc6296300a0dd93506da091e9c40e6**

Emitida eletronicamente via internet em **11/06/2022**.

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEGO**:
<http://www.cremego.org.br/>

Handwritten signature and number 117

Ademais, consoante Certidões emitidas pelo CREMEGO em 13.12.2022 (validade até 31.12.2022 – Código de controle 87REB2) e 19.12.2022 (validade até 19.03.2023 – Chave de validação: 212dd876c02b44bf6f4639af2463b2bbcd13d17), comprovam que o ISGS se encontra inscrito, de forma provisória, junto ao CREMEGO desde 04.09.2017, na modalidade de Registro sob o nº 4802. Veja-se:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso da atribuição que lhe confere a Lei 3268/57 e o Decreto 44.045/58, **CERTIFICA** que o estabelecimento de saúde **INSTITUTO SALUT GESTAO EM SAUDE - ISGS**, de nome fantasia **INSITTUTO SALUT**, encontra-se inscrito neste Conselho desde 04/09/2017, sob o número 4802, estando quite com suas anuidades até o dia 31/12/2022.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: <http://www.portalmedico.org.br>

Certidão emitida em: 13 de dezembro de 2022

Certidão válida até: 31/12/2022

Código de controle: 87REB2



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE
GOIÁS
Certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica

Certificamos que a empresa **INSTITUTO SALUT GESTAO EM SAUDE - ISGS**, CNPJ 21.478.588/0001-63, foi inscrita em 04/09/2017, neste Conselho, na modalidade de Registro, sob o nº. 4802, atendendo à solicitação de seu responsável técnico ANDRE LUIZ BRAGA DAS DORES, inscrito sob o nº. 6756 em cumprimento à Lei nº. 6.839 de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011.

Esta certidão NÃO VALE como prova de regularidade e somente será atestada através do Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica, a ser solicitada anualmente a este Conselho, após o devido cumprimento de todas as exigências pertinentes.



Esta Certidão tem validade até o dia 19/03/2023.

Chave de validação 2f2dd876c02b44bf6f4639af2463b2bbdcd13d17

Emitida eletronicamente via internet em 19/12/2022.

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do CREMEGO:
<http://www.cremego.org.br/>

Em 21.12.2022, conforme se verifica da Certidão de Direção Técnica, emitida eletronicamente, o CREMEGO conferiu ao **INSTITUTO SALUT, Registro 4802, inscrição DEFINITIVA REGULAR**, emitindo Certificado de Regularidade de Inscrição da Pessoa Jurídica (validade até 04.09.2023) e Certidão de Inscrição de Pessoa Jurídica (validade até 21.03.2023), que atestam que o Instituto recorrido se encontra com registro regular junto ao CREMEGO desde 04.09.2017.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS

Certidão de Direção Técnica

Certifico para os devidos fins, que o estabelecimento **INSTITUTO SALUT GESTAO EM SAUDE - ISGS**, nome fantasia **INSTITUTO SALUT**, registro nº 4802, tipo de inscrição **DEFINITIVA - REGULAR**, sito a **AV OLINDA (AV PL3) N 960 SALA 2108-B TORRE COM II - PARK LOZANDES**, na cidade de **GOIÂNIA/GO**, está funcionando sob a Direção Técnica do(a) Dr(a) **ANDRE LUIZ BRAGA DAS DORES**, inscrito com o CRM nº 6756.

Por ser verdade, firmo a presente, para os fins de direito.



Sem mais para o momento, firmamos o presente.

Chave de validação nº. **4a70ffbaf63cd73cea7aa136fa516159031ad40f**

Emitida eletronicamente via internet em **21/12/2022**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CREMEGO**:
<http://www.cremego.org.br/>

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE GOIÁS****CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA**

Inscrito sob CRM nº.	CNPJ	Inscrição	Validade
4802	21.478.588/0001-63	04/09/2017	04/09/2023
Razão Social		Nome Fantasia	
INSTITUTO SALUT GESTAO EM SAUDE - ISGS		INSTITUTO SALUT	
Endereço		Município / UF	CEP
AV OLINDA (AV PL3) N 960 SALA 2108-B TORRE COM II - PARK		GOIÂNIA/GO	74884-120
Responsável Técnico		Classificação	
6756 - ANDRE LUIZ BRAGA DAS DORES		OUTROS/A DEFINIR	

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº. 6.839, de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é válido até 04/09/2023. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

Chave de validação nº. fe85203ca01bc2c95bdd911393b9b7544ee744c0
Emitida eletronicamente via internet em 21/12/2022

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do CREMEGO:
<http://www.cremego.org.br/>

Ressalte-se que a apresentação de documentação que comprova a regularidade de registro do ISGS junto ao CREMEGO não contraria as disposições contidas no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, da Lei 14.133/2021 e a documentação exigida, item 5.6 do Edital.

O documento de registro junto ao CREMEGO já constava originariamente da habilitação e proposta. Portanto, trata-se de condição já atendida pelo Instituto licitante, quando de seu ingresso no processo de licitação, não estando a situação fática e processual compreendida pela restrição imposta pelo § 3º da Lei 8.666/93.

A nova Lei de Licitação (Lei 14.133/21), não impõe restrição a atualização de documento cuja validade expire após o recebimento das propostas, consequentemente, após a habilitação. Senão vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos

INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,
Lot.Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120
institutosalut@gmail.com

documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

A propósito, o Acórdão 1.211/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União, da lavra do Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, traz uma nova interpretação a respeito da vedação à inclusão de novo documento, de que tratam o artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e o artigo 64 da nova Lei de Licitação, conforme conclusões abaixo:

“Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. I . admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) . II. o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes. III. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

Diante do contexto apresentado imperativa a conclusão de insubsistência do pleito recursal ao fim colimado no recurso. A regularidade de registro do ISGS junto ao CREMEGO é cristalina e irrefutável.

Os extratos de documentos insertos na peça recursal, não coadunam com as certidões emitidas pelos órgãos oficiais do CREMEGO, dotados de fé pública. Os extratos de documentos que fundamentam a tese recursal demonstram materialmente, com expressa clareza a existência de fraude ao processo licitatório e indução desta Comissão de Licitação em *error in iudicando* (erro de julgamento), prejuízo ao interesse público, frustração do caráter competitivo da licitação, que constituem infração capitulada no art. 155, incisos X, XI e XII da Lei

14.133/2021, passível da aplicação de sanção administrativa prevista no art. 156 da mesma Lei, que desde já, fica requerido, bem como, de multa por litigância de má fé, *ex vi* das disposições do art. 15 e art. 80, incisos II, III e VII, ambos, do Código de Processo Civil.

3. DA REGULARIDADE DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ISGS

De acordo com as razões recursais, o Conselho de Administração do ISGS não se encontra composto na forma estabelecida pela Lei 15.503/05, subsidiando a sua tese na existência de vacância relativamente a cadeira dos representantes dos empregados, circunstância que, no seu entendimento, caracteriza ofensa as disposições do item 5.3 “n”, do Edital.

Insubsistente a tese apresentada.

A Lei 15.503/2005, ao tratar do Conselho de Administração, é expressa no sentido de que este deve ser estruturado nos termos em que dispuser o seu estatuto, estabelecendo que deve ser composto de 10% de membros eleitos pelos empregados da entidade (art. 3º, “c”).

“Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) até 55 % (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) **10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade”.**

Observa-se que o art. 3º da referida Lei, se limitou a normatizar a estrutura de composição do Conselho Administrativo em consonância com o Estatuto da Organização Social. Desse modo, não tratou a norma da vacância no conselho, tão somente de sua estrutura, deixando ao Estatuto da entidade a disciplina do processo de vacância do cargo de conselheiro, além de outras providências.

Diante da ausência normativa no art. 3º da Lei 15.503/2005, a Comissão Interna do

Chamamento Público 01/2021 realizada pela SESGO, no Resultado Final da Habilitação, ao apreciar alegação de ausência do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados da entidade, em virtude de não dispor de receita própria e contrato com a Administração Pública para manter o corpo funcional, assim posicionou:

“Como mencionado anteriormente, na ausência de orientação uniforme sobre o dispositivo 3º da Lei 15.503/2005, a interpretação adotada deverá ser a que possibilita a maximização quanto à composição do Conselho de Administração”.

O posicionamento da Comissão Interna, expresso acima, parte do entendimento que o interprete ou aplicador da lei deve buscar a finalidade do dispositivo legal, isto é, que a interpretação da lei há de ser essencialmente teleológica.

Trata-se, portanto, de matéria já consolidada pela Comissão Interna de Chamamento Público da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás. Portanto, ato jurídico perfeito segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa.

É de ser considerado que, a mudança de entendimento a esse respeito por esta Comissão Interna somente se justificaria na hipótese de mudança na própria estrutura normativa que serviu de base à decisão paradigma, hipótese incorrente no presente caso. Portanto, prevalecente a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, de consequência, a posição a ser adotada pela decisão na presente questão.

Noutro prisma, não estabeleceu o dispositivo legal qualquer orientação quanto a vacância e/ou exigência que a estrutura estivesse completa quando da inscrição, habilitação e proposta no processo licitatório.

Exigir que a Organização Social, entidade sem fins lucrativos, sem receita e patrimônio próprio, apresente no ato de habilitação e proposta os membros eleitos pelos empregados correspondente a 10%, sem que disponha de um quadro funcional, dependente de contratação sob pendência no processo licitatório, desatende não somente a finalidade do art. 3º da Lei 15.503/2005, o interesse da Administração na concorrência pública, como também, os princípios da isonomia, eficiência, razoabilidade, economicidade, norteadores do processo de

licitação, consequentemente, os preceitos do art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, que proíbe a interferência estatal no funcionamento das associações civis.

Importante, ressaltar que, na conformidade do art. 3º da Lei 8.666/93 e art. 9º da Lei 14.133/2021, tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados a observância dos termos e condições previstos no Edital, sendo vedado ao agente público estabelecer condições que comprometam, restrinjam ou frustrem a finalidade da licitação.

Importante ainda que se pondere, que o requisito da alínea “c” do art. 3º da Lei 15.503/2005, não pode ser exigido na constituição da Organização Social ou no ato de ingresso, habilitação e proposta ao Chamamento Público, seja por que a legislação de regência não o exigiu ou orientou neste sentido, seja por que a exigência resultaria na impossibilidade de sua criação ou proibição de firmar contrato de gestão pública, posto que, em sua criação não dispõe de um quadro ativo de funcionários, consequentemente, das subvenções do Poder Público necessárias ao cumprimento dos encargos remuneratórios inerentes, restando inviabilizada a eleição de representantes do corpo de funcionários no Conselho de Administração na proporção de 10% exigida pelo art. 3º, “c” da Lei 15.503/2005.

Ademais, a representação pelos membros do Conselho de Administração do ISGS é suficiente para revestir de legalidade as deliberações concernentes às matérias previstas no art. 3º e 4º da Lei 15.503/2005, para qual se exige aprovação de, no mínimo 2/3 dos membros, quórum suficiente em sua atual composição, restando suprida a vacância de membros do Conselho na representação de empregados da entidade.

Destaque-se que, independente de quem seja eleito como membro representante dos empregados, a qualificação técnica do ISGS, de acordo com os documentos exigidos pelo art. 30, I e II da Lei 8.666/1993, estará preservada, inexistindo prejuízo contratual ou inconformidade legal quanto à composição do Conselho de Administração, na forma exigida pela Lei 15.503/2005.

Ademais, trata-se de matéria objeto de impugnação na abertura do envelope de habilitação pelo próprio Instituto recorrente, superada pela Comissão Interna do Certame, não suscetível a recurso, por preclusão consumativa. Senão vejamos:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/22**SESSÃO DE HABILITAÇÃO****FORMULÁRIO – QUESTIONAMENTOS SOBRE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****Orientações de preenchimento:**

- Descrever a irregularidade encontrada;
- Indicar o nº da página onde se encontra o documento questionado.
- Caso constate a não juntada de documento obrigatório, apontar o item do Edital que está sendo inobservado;
- Preencher com letra legível.

A Organização Social Instituto Petrus faz constar em ata as seguintes questões:

Em relação a OS ISGS:

- 01) Fl. 141 - Lista de composição do conselho de administração não foi composta conforme a lei, uma vez que os representantes dos empregados encontram-se em férias.
- ~~02) Estatuto Social~~
- 02) Fl. 58 - Relação de membros do conselho de administração específico para a saúde de Goiás demonstra a férias de membros representantes dos empregados, em desacordo com o determinado pela Lei 55503/2005/GO.
- 03) Balanço: (Fl. 102) Dinheiro do Passivo Circulante em 03/11/2020, quando valer e maior na hora de calcular o índice, para cumprir a lei.
- Além da escrituração contábil fiscal (ECF), também não apresentou a ECD, escrituração contábil digital, cujo prazo já venceu.
- 04) Fls. 136-139: A ata de reunião que aprovou a proposta

A respeito, a Comissão Interna do certame exarou a seguinte decisão: **“que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados”** (in Resultado Preliminar HERSO Processo 202100010000964), restando a matéria alcançada pela parte dispositiva em referência.

Portanto, cuida-se, a decisão proferida pela Comissão Interna de situação consolidada,

ato jurídico perfeito, segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa, consistindo a pretensão recursal medida meramente protelatória, contrária ao interesse público e a eficiência da licitação.

Neste contexto, imperioso reconhecer que o ISGS atende aos critérios objetivos para a sua habilitação estabelecidos no art. 3º da Lei nº 15.503/2005, devendo ser afastados excessos que imponham restrição a sua competitividade no presente certame.

4. DA REGULARIDADE DO ATO DE APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE GESTÃO DO ISGS

Consoante o Instituto recorrente, o ato de aprovação da proposta de contrato de gestão do ISGS foi formalizado sem a presença da autoridade máxima do ISGS, o seu Diretor Presidente, contrariando as disposições dos arts. 3º e 4º da Lei nº 15.503/05, hipótese que caracteriza a sua inabilitação.

Não subsiste a tese recursal.

A Ata de Reunião do Conselho de Administração do ISGS, realizada em 08.06.2022, que aprovou a proposta de contrato de gestão do Instituto para os chamamentos públicos, devidamente registrada no Cartório competente e submetida a avaliação de todos os licitantes do certame quando da abertura do envelope de habilitação, registra a presença no ato do Diretor Presidente Henyflávio Silva de Araújo, autoridade máxima da entidade. Logo, atendidas as disposições do art. 3º, V e art. 4º, II, ambos da Lei 15.503/2005. Veja-se:

INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE - ISGS
CNPJ: 21.478.582/0001-63

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICO PARA A SAÚDE EM GOIÁS DO INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE - ISGS, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2022.

1. Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois (08/06/2022), na entidade, à Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II, Lot. Park Lozandes, com a presença do Diretor Presidente **HERNILÂNIO SILVA DE ARAÚJO** e dos associados membros do Conselho de Administração **BRÁULIO DE AGUIAR NETO**, **JULIANO ALVES DE LIMA** e **ISABELA LUISA FRUZA ALVES** e dos comédicos **EROS SOUSA JUNIOR** e **ISABEL MARIA DE SOUSA**.

2. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **ISABELA LUISA FRUZA ALVES** e como secretária a Sra. **ISABEL MARIA DE SOUSA**.

3. O Presidente da Reunião após os cumprimentos de praxe, passou as informações aos temas do Edital de Convocação, estabelecendo como ordem do dia as seguintes deliberações:

- I. Eleição e posse dos novos membros não associados, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral para o Conselho de Administração Específico da Saúde em Goiás;
- II. Aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade para os Chamamentos Públicos:

06/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia no Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Aljair Faleiros Machado (HERSOL);

01/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia no Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO);

06/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia do Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Calo Louzada (HEAPA).

4. Após as formalidades de praxe, o Presidente em observância ao item I do Edital de Convocação da Reunião informou aos presentes que em cumprimento a alínea "b" do §2º do art. 30 do Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração Específico para a Saúde de Goiás deveriam indicar os membros de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral para comporem o referido Conselho. Em seguida, sugeriu os nomes de **ISABEL MARIA DE SOUSA**, brasileira, casada, advogada, inscrita no

CPF sob o nº 341.752.881-04, inscrita na DAB/GO sob o nº 39.916, residente na Alameda dos Jaumins, Qd. 16, Lt 12, Jardim Milla, Goiânia-GO, CEP 74.885-740 e de **EROS DE SOUSA JUNIOR**, brasileiro, médico, casado portador da Carteira de Identidade nº 3.784.551, inscrito no CPF sob o número 965.272.783-04, residente Rua T-35 nº 1948, apto 2602, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74.225-230, que foram aprovados a unanimidade pelos presentes na Assembleia Geral Extraordinária, para mandatos de 4 anos para o primeiro membro, com início em 08/06/2022 e término em 07/06/2026, e de dois anos para o segundo, com mandato estabelecido para o período de 08/06/2022 a 07/06/2024, ambos os Conselheiros empossados de imediato, ficando constituído o Conselho de Administração Específico para a Saúde de Goiás, consoante relação atualizada de seus membros integrantes, anexa à presente ata.

5. Ato contínuo, em cumprimento ao Item II da pauta, o Presidente informou a todos os presentes que se encontravam em andamento os chamamentos públicos:

06/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia no Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado (HERSO);


07/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia no Hospital de Urgências da Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO);

08/2022-SES/GO para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas dia do Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Lozada (HEAPA).

Após os debates, os Conselheiros por unanimidade votaram pela participação do **INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE - ISGS** nos Processos Seletivos, aprovaram as propostas para o contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.

Nada mais havendo a ser tratado lavrou-se a presente ata, a qual foi lida e, considerada em conformidade, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Goiânia, 08 de junho de 2022.


ISABELA LUISA PINZA ALVES
Presidente da Reunião


ISABEL MARIA DE SOUSA
Secretária da Reunião

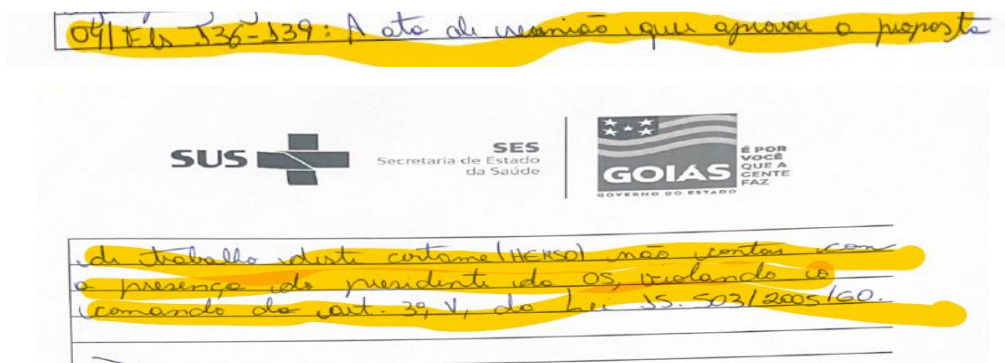






RESOLUÇÃO Nº 001/2022	
O Conselho de Administração Específico para a Saúde de Goiás, no uso de suas atribuições, resolve:	
1. Aprovar o contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
2. Aprovar a participação do INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE - ISGS nos Processos Seletivos.	
3. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
4. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
5. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
6. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
7. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
8. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
9. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	
10. Aprovar a proposta de contrato de gestão, vistorias, autorizando a Diretoria Executiva a promover todos os atos necessários para atender as exigências contidas nos editais dos chamamentos públicos, bem como, a desistir de processos à sua conveniência.	

Ademais, trata-se de matéria objeto de impugnação na abertura do envelope de habilitação pela própria recorrente, superada pela Comissão Interna do Certame, não suscetível a recurso, por preclusão consumativa.



Com efeito, consignou a Comissão Interna do certame a respeito: “**que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados**” (in Resultado Preliminar HERSO Processo 202100010000964), restando a matéria alcançada pela parte dispositiva em referência.

Portanto, cuida-se, a decisão proferida pela Comissão Interna de situação consolidada, ato jurídico perfeito segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa, consistindo a pretensão recursal medida meramente protelatória, contrária ao interesse público e a eficiência da licitação.

Ao teor do exposto, pede-se o improvimento integral do presente recurso e a aplicação ao Instituto recorrente da sanção administrativa prevista no art. 156 da Lei 14.133/2021, por infração ao art. 155, incisos X, XI e XII, da mesma Lei, bem como, a aplicação de multa por litigância de má fé, *ex vi* das disposições do art. 15 e art. 80, incisos II, III e VII, ambos do Código de Processo Civil.

Termos em que,

Pede-se deferimento.

Goiânia, 20 de dezembro de 2022.

HENYFLÁVIO SILVA DE ARAÚJO
Diretor Presidente do ISGS

INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,
Lot.Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120
institutosalut@gmail.com